

Eleitorado paulistano:

continuidades e descontinuidades entre 1947 e 2004

Camila Rocha

Resumo

Tendo em vista a importância da cidade de São Paulo para a política nacional, será realizada, no presente artigo, uma revisão bibliográfica dos estudos publicados por acadêmicos ligados à Universidade de São Paulo (USP) sobre o comportamento político do eleitorado paulistano com o objetivo de detectar continuidades e descontinuidades entre as zonas geográficas e socioeconômicas da cidade, as bases dos partidos de esquerda e de direita e o posicionamento ideológico dos eleitores. Dessa forma, será feita uma retrospectiva, em ordem cronológica, de todos os trabalhos, ou ao menos de uma parte considerável destes, realizados por acadêmicos como Aziz Simão, Oliveiros S. Ferreira, Francisco C. Weffort, Bolívar Lamounier, Antônio Flávio Pierucci, Fernando Limongi e Lara Mesquita sobre o tema e que compreendem um período que vai da década de 1940 até os anos 2000.

Palavras-chave: comportamento eleitoral; eleições; bases eleitorais; estratificação social; São Paulo.

Abstract

Given the importance of the city of São Paulo for Brazilian politics, This article will present a literature review of studies on the political behavior of São Paulo's electorate in order to try to detect continuities and discontinuities between geographical and social-economical areas, the electoral bases of leftist and rightist parties and the ideological positioning of voters. Thus, there is a retrospective, in chronological order, of all papers, or at least a considerable part of these, published by researchers as Aziz Simão, Oliveiros S. Ferreira, Francisco C. Weffort, Bolívar Lamounier, Antônio Flávio Pierucci, Fernando Limongi and Lara Mesquita, from the 1940s to the 2000s.

Keywords: electoral behavior; elections; constituencies; social stratification; São Paulo.

Artigo recebido em 30 de setembro de 2012; aceito para publicação em 3 de dezembro de 2012.

Sobre a autora:

Camila Rocha é mestrande em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: camilarocha44@gmail.com

Introdução

É possível dizer que, atualmente, acompanhar as tendências políticas da cidade de São Paulo é crucial para compreender os rumos da política brasileira. Ao longo das últimas décadas, os processos de urbanização e industrialização que ocorreram em São Paulo, e a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, fizeram que São Paulo se tornasse um centro político e econômico da maior importância. São parte de sua história lançamentos de lideranças políticas, criação de partidos, sindicatos, associações empresariais e movimentos sociais que alcançaram âmbito nacional, de modo que a cidade de São Paulo, ao lado de outros importantes centros políticos do país, passou a ser referência fundamental para pensar a política brasileira, justificando, assim, um estudo mais aprofundado do comportamento político de seus atuais 8.619.170 eleitores, soma maior do que 23 dos estados brasileiros, perdendo apenas para o próprio estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Dessa forma, a intenção deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica dos estudos sobre comportamento eleitoral na cidade de São Paulo em uma tentativa de detectar, ainda que de forma inicial, continuidades e descontinuidades entre as zonas geográficas e socioeconômicas da cidade, as bases dos partidos de esquerda e de direita e o posicionamento ideológico dos eleitores. Assim, será conduzida uma retrospectiva, em ordem cronológica, de todos os trabalhos, ou ao menos de uma parte considerável destes, realizados por acadêmicos ligados à Universidade de São Paulo, como Aziz Simão, Oliveiros S. Ferreira, Francisco C. Weffort, Bolívar Lamou-nier, Antônio Flávio Pierucci, Fernando Limongi e Lara Mesquita, os quais compreendem um período que vai da década de 1940 até os anos 2000¹.

É claro que em mais de meio século de história política paulistana e brasileira muita coisa aconteceu – surgimento e desaparecimento de partidos e líderes políticos, ditadura com revezamento no poder por meio de eleições indiretas, processo de redemocratização etc. Assim, é preciso levar em consideração, ainda que de forma resumida, tais mudanças de conjuntura que ultrapassam o âmbito local. Tendo em vista que a organização dos partidos de esquerda e de direita variou

muito durante o período abordado pelos artigos aqui arrolados, optei por dividir o presente artigo em três seções, obedecendo aos três períodos principais da política brasileira dos anos 1940 até hoje: o primeiro período, da democracia de 1945-1964; o segundo período, da ditadura militar, de 1964-1984; e o último, que data da redemocratização em 1985 até 2004.

1945-1964

A democracia que vigorou de 1945 até o golpe civil-militar em abril de 1964 esteve baseada, em grande medida, em um sistema partidário organizado em torno do varguismo, de modo que os principais partidos dividiam-se entre “varguistas”, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático), e “antivarguista”, UDN (União Democrática Nacional). Os artigos que fizeram referência a esse período foram, em ordem cronológica, os seguintes: “O voto operário em São Paulo”, de Aziz Simão (SIMÃO, 1956); “Comportamento eleitoral em São Paulo” (FERREIRA, 1960) e “A crise do poder do ‘sistema’ e as eleições paulistas de 1962” (FERREIRA, 1964), ambos de Oliveiros S. Ferreira; e, por último, “Raízes Sociais do populismo em São Paulo”, de Francisco C. Weffort (WEFFORT, 1965).

O artigo do sociólogo Aziz Simão trata da distribuição do voto operário em São Paulo e da consciência de classe do eleitorado. O texto é distribuído em três partes: a primeira descreve a composição do eleitorado paulista; a segunda, a votação do eleitorado operário da cidade; e, na terceira parte, são descritos os perfis dos votantes. De início, o autor já fornece o número de eleitores da cidade de São Paulo e sua proporção em relação à população total da cidade em 1948 e, principalmente, a proporção do eleitorado operário (lembrando que, apesar das mulheres terem conquistado o direito ao voto, o mesmo não ocorreu com os analfabetos, o que deve ter excluído uma parcela significativa da população paulistana). Assim, tem-se que, de 2.198.096 habitantes da cidade em 1950, 26% ou 571.507 foram eleitores em 1948; destes, 209.302, ou 36%, foram classificados como operários, formando assim mais de um terço do total dos eleitores de São Paulo. No artigo, a denominação “operários” compreende as seguintes categorias profissionais: industriários, ferroviários, trabalhadores do setor de transportes e marítimos.

De posse desses dados, Simão divide a cidade em quatro “zonas eleitorais predominantemente operárias”, de acordo com a inscrição menor ou maior de eleitores operários, de modo que aquelas zonas que possuíam mais de 40% de eleitores operários foram classificadas como “distritos operários” em oposição àquelas que concentravam menos de 40% deles. A primeira e maior dessas zonas reunia cerca de 68% do eleitorado operário da capital, margeava o que o autor chamou de Y ferroviário, e correspondia aos seguintes distritos: Ipiranga, Vila Prudente, Cambuci, Mooca, Alto da Mooca, Brás, Belém, Tatuapé, Penha, Pari, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, Nossa Senhora do Ó, Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Vila Matilde e Vila Maria. A segunda zona era mais afastada dos trilhos do trem e de ocupação mais recente e, por isso, concentrava apenas 7% do total de eleitores operários da cidade e era formada por Santo Amaro, Indianópolis, Ibirapuera e Saúde. A terceira zona localizava-se próxima a estradas de ferro, porém concentrava cerca de 4% do eleitorado operário total, e é classificada como “suburbana” pelo autor, sendo que os distritos que a formavam eram: Itaquera, Guaianases, Baquirivú², Pirituba, Perus e Osasco³. Finalmente, a quarta e última zona inclui três distritos, também “suburbanos”, mas afastados das ferrovias, e que concentravam apenas 1,21% do total do eleitorado operário: Butantã, Capela do Socorro e Parelheiros. Na página ao lado, vê-se o mapa atualizado de São Paulo (Figura 1) com as divisões dos distritos.

Logo após a promulgação da nova Constituição, em setembro de 1946, foram realizadas eleições para as assembleias estaduais em janeiro de 1947. O voto dos operários dividiu-se entre dois partidos principais, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro recebeu 32% da votação da primeira zona, a que concentrava o maior número de operários, ficando à frente do PTB, que recebeu 24%. Curiosamente, na terceira zona, que também era margeada pela ferrovia como a primeira, o PCB recebeu igual votação, 32%, e nas segunda e quarta zonas o voto nos comunistas caiu para 18%. Com exceção da quarta zona, cujos votantes operários somavam ínfimos 1,21% do total do eleitorado operário, em todas as outras zonas os votos somados do PCB com os do PTB ultrapassavam a metade do total de votos. É possível pensar que, se na primeira zona 43% do total de eleitores eram operários, muito provavelmente todos esses devem ter votado em um dos dois partidos, com preferência para o PCB.

Figura I. Mapa da cidade de São Paulo.



Fonte: Portal da Prefeitura de São Paulo (www.capital.sp.gov.br).

O eleitorado do PCB, segundo Simão, era formado por

[...] pessoas nascidas na Capital ou aqui fixadas até os primeiros anos da última guerra, residindo em sua maioria nos velhos bairros industriais. Neste grupo destacamos – especialmente com respeito à militância partidária – os indivíduos do sexo masculino, entre 18 e 40 anos aproximadamente, ocupados em serviços qualificados. As motivações mais significativas de seus atos políticos encontravam-se na insatisfação com as condições de vida, no julgamento de que a Legislação Trabalhista é precária apesar dos benefícios trazidos e na aspiração a uma reforma da organização econômica e social, unidos à atribuição de qualidades carismáticas ao chefe do partido. (SIMÃO, 1956, p. 139)

Já os eleitores do PTB seriam pessoas que participaram do êxodo rural ocorrido principalmente entre 1940 e 1946, e aqui Simão indica que apenas parte dessas pessoas ingressou na indústria fabril, empregando-se mais em serviços que exigiam pouco ou nenhum grau de qualificação profissional nos setores dos transportes, construção civil e demais pequenos ofícios. Assim, segundo Simão, para esses eleitores, principalmente aqueles que vieram das zonas rurais, a legislação trabalhista, originada na Era Vargas, teria sido uma espécie de dádiva do “chefe” do PTB, os eleitores teriam optado pelo voto no PTB não só para demonstrar seu agradecimento como também para manifestar seu desejo de garantir e ampliar esses benefícios, lembrando que, para Simão, a origem rural dessas pessoas faria que fossem mais inclinadas a votar em candidatos de natureza paternalista.

Dessa forma, os eleitores do PCB seriam mais “ativos” e organizados em relação ao eleitorado do PTB, o que refletia o próprio modo desses partidos de arregimentar seus eleitores, além de que há que se levar em consideração que os operários fabris costumam ser mais organizados pela própria dinâmica de convivência no ambiente de trabalho do que outras categorias. De qualquer maneira, quando o PCB entrou para a ilegalidade, em 7 de maio de 1947, sua posição de grande organizador desses operários “industriários”, como os chama Simão, se perdeu, e eles acabaram se limitando à opção pela coligação PTB-PSP (Partido Social Progressista). Nesse momento, as possibilidades de superação do *status quo* da política brasileira parecia ter se perdido com o fim, legal, do Partido Comunista, e, segundo Simão, para compreender, então, o que movia o eleitorado

paulista seria preciso investigar mais a fundo sua duplicidade ou seu contínuo rural-urbano.

Oliveiros S. Ferreira, em seu artigo “Comportamento Eleitoral em São Paulo”, escrito em 1962, deu continuidade às ideias propostas por Simão, mas, para Ferreira, além do contínuo rural-urbano, importava analisar três níveis: o das estruturas de poder, o da estrutura socioeconômica e o das atitudes e representações, ou “correntes livres do psiquismo coletivo”, como preferiu o autor, baseando-se em um conceito do sociólogo Georges Gurvitch. O enfoque do artigo é a distribuição dos votos no estado de São Paulo para duas eleições para o governo do estado, em 1954 e em 1958, além das eleições para senador e deputados federal e estadual desse último ano. Em sua análise, Oliveiros divide os municípios do estado em três zonas diferenciadas, levando em consideração a concentração maior ou menor de eleitores operários industriais como fator principal de diferenciação entre zonas mais urbanizadas, que concentravam mais operários, e menos urbanizadas, que concentravam menos operários. As zonas propostas foram: “[...] a área P1 é aquela em que o índice de industrialização é o mais elevado do estado; a área P2, uma área industrializada; a área R, uma área em que o índice de industrialização é relativamente baixo, comparando-se a população operária com a população total da área” (FERREIRA, 1960, p. 170).

Na eleição de 1954, foi tida como surpreendente a vitória de Jânio Quadros, candidato novo de um pequeno partido apoiado por legendas pequenas, contra Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), o candidato do governo apoiado tanto pelo PTB como pelo PCB, agora na ilegalidade. Segundo os dados apresentados pelo autor, Jânio teria ganho mais votos na área P1 do que nas outras áreas, ao contrário da votação recebida por Ademar, que caía à medida que crescia o índice de urbanização da área. Nas eleições de 1958, Ademar perdeu novamente, dessa vez para Carvalho Pinto, ligado ao Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado por Jânio, mesmo levando em consideração que Ademar contava com as máquinas que seu partido havia montado na prefeitura e que o PTB, partido que lhe apoiava, montara no interior do estado.

Dessa forma, segundo Oliveiros, pode ser constatada uma diferença sensível entre o padrão de votação das três áreas. O voto “oposicionista” era mais forte na área mais urbanizada, P1, enquanto o voto “governista” era mais forte nas áreas menos industrializadas, P2

e R. O assim chamado “movimento de março de 1953”, que elegeu Jânio prefeito de São Paulo, foi fruto de um discurso mais radical, que apostava na moralidade, na impessoalidade e na eficiência e contava com o bordão “o tostão contra o milhão” e a campanha da vassourinha que iria varrer a corrupção. A mentalidade que moveu os janistas era de “mais administração e menos política”, o que ia frontalmente contra o discurso ademarista, que enfatizava a tradição e a preservação do *status quo*. Jânio era percebido como um elemento novo e desestabilizador da velha política corrupta de relações pessoais e favores de seus predecessores. Carvalho Pinto teria continuado com o mesmo discurso de Jânio e derrotado Ademar em 1958.

Em seu próximo artigo, “A crise do poder do ‘sistema’ e as eleições paulistas de 1962”, Oliveiros analisa a derrota de Jânio na eleição de 1962 para governador do Estado, após sua renúncia à presidência em 1961, e a volta de Ademar ao governo, após sucessivas derrotas sofridas em 1954, 1958 e em 1960, para a presidência da República. Para Oliveiros, o movimento de março de 1953, que havia eleito Jânio pela primeira vez para prefeito, por ser um movimento baseado muito mais no “espontaneísmo” dos eleitores, as tais “correntes livres do psiquismo coletivo”, do que em organizações ou grupos partidários fortes e enraizados, acabou por se concentrar apenas na figura de sua principal liderança, dependendo mais do carisma dela do que da ideologia de seus eleitores. Assim, a renúncia de Jânio teria levado a uma perda de força do movimento, uma vez que, para ele, a renúncia teria significado uma confissão de fraqueza, afastando uma parte expressiva de seu eleitorado.

Como Oliveiros privilegiou a análise do estado de São Paulo e não especificou a votação recebida pelos candidatos nos bairros da capital, como o fez Simão, é possível apenas inferir que, provavelmente, na ausência do Partido Comunista, que aparecia como uma alternativa eleitoral contra o *status quo*, e com o apoio que este deu, na ilegalidade, a Ademar, seus eleitores teriam ficado “órfãos” e dispostos a votar em algo que se apresentasse como alternativa ao *status quo*, que, no caso, teria sido a candidatura de Jânio, embora este se diferenciasse radicalmente do PCB no que diz respeito a ideologia, uma vez que Jânio era um candidato moralista e ideologicamente de direita. Acredito que o pouco tempo que o PCB teve como partido legal não permitiu que fosse criada uma ideologia

de esquerda mais enraizada entre a maioria de seus eleitores, e por isso os anseios de mudança em relação às velhas práticas políticas deveriam ser muito mais fortes entre o eleitorado operário do que sentimentos bem definidos à esquerda ou à direita.

De qualquer maneira, penso que o desenvolvimento da questão da ideologia realizado no artigo de Simão perde-se nesse artigo de Oliveiros, afinal, para o segundo, a ideologia não caberia como chave explicativa para fenômenos como o janismo e o ademarismo, apesar de ter notado que a votação do primeiro era maior entre as zonas mais operárias e urbanizadas e que o contrário dava-se com os ademaristas. Ainda que Jânio não fosse um candidato de esquerda, sua figura estava associada com mudança, em oposição à figura de Ademar, que estava associada com a conservação do *status quo*, e portanto a escolha realizada entre um e outro não parece ser tão irracional, irrefletida e espontânea como aponta Ferreira, mesmo porque, se o fosse, não haveria uma correlação entre a maior taxa de operários e o voto em Jânio.

Esse argumento é desenvolvido de forma mais aprofundada em “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, em que Francisco Weffort discute as relações entre consciência individual, posição social, classe e ideologia que permeariam essas duas formas de “populismo” que se manifestaram no estado de São Paulo, o “ademarismo” e o “janismo”. O argumento principal do autor é que tais fenômenos, apesar do verniz demagógico, emocional e não ideológico, ocultariam, justamente, um sentimento de pertencimento a uma classe específica e um posicionamento ideológico frente à realidade política que se expressariam não por meio de uma política classista, mas por meio de uma imbricação entre interesses individuais e interesses de classe que conduziria ao “populismo”.

É a partir de uma releitura do clássico de Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, que Weffort interpreta as motivações “ocultas” que levaram certos grupos a optarem por Ademar, e outros, por Jânio. Em *O Dezoito Brumário*, Marx analisa a eleição de Luís Bonaparte na França em 1848 como tendo sido o resultado, em grande medida, da votação em massa dos camponeses franceses, que, por não terem se organizado como classe, optaram por, no momento da eleição, eleger uma liderança demagógica e personalista que os representasse. Assim, foi apenas no momento da eleição que os camponeses teriam atuado como classe, mas passado esse momento

eles voltariam a sua condição anterior de pequenos proprietários rurais que não partilhavam dos interesses da burguesia ou do operariado, ocupando, dessa forma, uma posição marginal em relação aos conflitos de classe e não se sentindo representados nem pela burguesia nem pelo operariado, daí a frase de Marx, “não podem representar-se, têm de ser representados”.

Para Weffort, existe uma analogia entre o comportamento dos camponeses franceses e os eleitores paulistas de Ademar, uma vez que ambos se comportariam como uma espécie de pequena burguesia apegada à tradição e a um passado próspero, ou pelo menos estável e tranquilo, elementos que estavam presentes tanto nas imagens associadas à figura de Luís Bonaparte, suposto sobrinho de Napoleão, quanto à de Ademar. A pequena burguesia do estado de São Paulo, que vivia apegada a favorecimentos individuais dos governantes, queria a todo custo manter afastada a possibilidade não só de mudanças sociais mais profundas como também de uma gestão pública impessoal, baseada em leis rígidas aplicadas igualmente a todos, elementos presentes no discurso de Jânio, uma vez que este grupo se encontraria ameaçado pela proletarização decorrente do desenvolvimento industrial, que, no seu caso, como diz Weffort, significaria um descenso social. Dessa forma, essa pequena burguesia teria constituído uma relação de líder-massa com Ademar, pois, por não se organizar enquanto classe, não teria conseguido expressar seus valores conservadores por meio de uma política de tipo classista, daí se apegarem à política tida como “populista” e “clientelista” empreendida por Ademar.

O operariado, por outro lado, eleitores em sua maioria de Jânio e integrados à realidade urbana-industrial – Weffort chama a atenção para a correlação positiva entre urbanização e janismo –, se expressaria pela relação líder-massa de uma forma ambígua. Se de um lado não possuiriam tradição de organização enquanto classe para defender seus interesses específicos, por outro lado perceberiam sua posição inferior, ainda que estável, dentro da organização social, daí o clamor por justiça, o interesse por um Estado impessoal, pela aplicação da lei e pela eliminação da corrupção, dos “favores” e dos resquícios de tradicionalismo que beneficiariam apenas àqueles que possuem uma condição social superior. Segundo o autor, como os operários eram oriundos da classe média ou eram trabalhadores assalariados do campo que migraram para as cidades, apesar de

defenderem valores coerentes com sua realidade operária-urbana, eles ainda possuiriam alguns resíduos de tradicionalismo, que, aliados à inexperiência de organização classista, proporcionariam as condições para seu apego a uma liderança como a de Jânio, um tipo caracterizado como “populista” e carismático, mas que defendia reformas sociais e um Estado impessoal contrário a práticas clientelistas.

De acordo com o que diz Weffort ao citar Georg Lukács,

[...] as duas classes essenciais ao sistema capitalista, burguesia e proletariado, em particular este último, tendem a organizar racionalmente sua ação política e a colocar claramente seus interesses à luz do debate político. Podem, em determinadas circunstâncias, manifestar-se como massa, mas tendem sempre a expressar sua marca de classe. A pequena burguesia, porém, é a massa por excelência, como o sugere a análise de Marx sobre os camponeses franceses (WEFFORT, p. 47).

Assim, existiria uma dicotomia entre o ademarismo, que tende a permanecer como massa, e o janismo, que tende a superá-la, expressando sua marca de classe.

Tanto Simão como Oliveiros já chamaram a atenção para essa permanência de “resíduos tradicionalistas” no comportamento eleitoral do proletariado. Simão chamou a atenção para o fato de que, quando o PCB ainda era um partido legal, seus votos eram oriundos de um operariado mais antigo, com alguma tradição de organização classista; já o operariado mais recente, oriundo sobretudo do campo, votava no PTB, partido de Vargas, associado às reformas trabalhistas promovidas por ele.

O comportamento do operariado no que diz respeito ao voto em Jânio é associado, para Oliveiros (1964), a um clamor por mudanças sociais profundas, com tintas “revolucionárias”, e a um rompimento em relação à política de alianças entre Vargas e as oligarquias que impediriam o pleno desenvolvimento do país. Jânio, apesar de ser apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao varguismo, seria aquele que, por ser um candidato mais “independente” dos poderes tradicionais, poderia iniciar esse processo de mudanças indo na direção contrária à do trabalhismo varguista reformista. Assim, para Oliveiros, a renúncia em 1961 teria se dado por causa da dificuldade em romper com a política varguista no Congresso, as tais “forças ocultas” alegadas por Jânio como o

motivo para sua abdicação do cargo, e teria provocado, ao mesmo tempo, uma radicalização do programa de Jânio e, segundo Weffort, um desgaste de sua figura como líder carismático: “a renúncia de Jânio Quadros à presidência afastou muitos dos seus seguidores, menos pelo seu conteúdo político, que pela confissão de fraqueza, inesperada em um líder carismático” (WEFFORT, 1965, p. 56). No entanto, para Weffort, diferentemente do que argumentou Oliveiros, o voto em Jânio possuía certa continuidade com o trabalhismo.

Essas constatações levam a crer que o argumento de Weffort a respeito da existência de alguma continuidade entre o trabalhismo e o voto em Jânio parece ser mais verificável do que o argumento de Oliveiros. No entanto, Weffort não explicita nesse artigo quais seriam os limites do “populismo” em São Paulo, ou seja, se com o passar do tempo os “resíduos tradicionais” do operariado, e talvez mesmo da pequena burguesia, não seriam deixados para trás, dando lugar a uma política mais classista, com colorações ideológicas mais definidas e que expusesse os interesses de classe da sociedade de forma mais aberta, ou se esse conservadorismo permaneceria, de forma a criar um tipo de política particular em que os avanços sociais se fizessem apenas com a manutenção de uma nebulosa política de alianças em que estariam presentes elementos de esquerda e de direita, análoga àquela do varguismo ou até mesmo à do janiismo.

1964-1985

Com o golpe civil-militar em abril de 1964, inaugurou-se uma nova fase na política brasileira, a ditadura militar, que foi extinta apenas em 1985, ano em que o primeiro presidente civil, José Sarney, tomou posse. Todos os partidos que existiam no período democrático foram extintos, e, em seu lugar, foram criados artificialmente apenas dois partidos que passaram a representar as forças políticas que agiam na legalidade, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição à ditadura, e a ARENA (Aliança para a Renovação Nacional), partido da situação. Durante essa época, não havia eleições diretas para presidente nem para governador, sendo que os prefeitos das capitais do país eram indicados pelos últimos. Assim, as eleições na cidade de São Paulo se restringiam ao âmbito legislativo.

Os artigos que tratam desse período são dois: “Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente” (1975) e “O voto em

São Paulo, 1970-1978” (1980), ambos de Bolívar Lamounier. No primeiro texto, o autor resgata a linha argumentativa presente nos textos de Simão, Oliveiros e Weffort, a de que existiria uma vinculação entre posição socioeconômica e voto, para formular sua hipótese principal, a de que “a eleição paulistana de 1974, embora amplamente majoritária, teve caráter diferenciado em termos socioeconômicos, ou seja, ao nível das representações e formas de consciência social associadas ao voto” (LAMOUNIER, 1975 p. 18). Lamounier afirma que, “[...] subjacente aos zigzagues da história político-partidária, há certa continuidade de direção, no sentido de que as clivagens socioeconômicas que se expressam na votação de novembro último se assemelham às diferenciações subjacentes ao sistema partidário anterior a 1964” (Idem, p. 19).

Para fazer sua análise, o autor divide o mapa da cidade de São Paulo em quatro áreas diferentes, de acordo com a votação menor ou maior de Orestes Quércia, candidato do MDB para o senado. Essa divisão revelou que, quanto mais pobre e periférica a área, mais votos o MDB recebeu, e a demarcação das zonas é muito similar àquela que Simão havia feito vinte anos antes, com algumas diferenças. Considerando que, na chamada “zona 1”, o voto no MDB é menor e aumenta progressivamente em cada zona posterior, tem-se que

o grupo 1 acha-se claramente localizado na região centro-sul da cidade, e é composto basicamente pelos bairros residenciais mais antigos. Parte do grupo 2 e o grupo 3 correspondem às quatro zonas ‘predominantemente operárias’ de Aziz Simão, mas com uma diferença importante: os distritos de Santo Amaro, Indianópolis, Ibirapuera e Saúde, sítio de atividades industriais recentes à época de seu estudo, divide-se agora entre nossos grupos 1, 2 e 3, em virtude, certamente, da intensificação do caráter residencial daquela área, e de sua ocupação por habitações de alto preço. A primeira zona operária da classificação de Aziz Simão, na qual se encontravam nada menos de 65% dos eleitores da capital, contorna a área central de noroeste a sudeste [...]. Observe-se que esta antiga zona operária comporta-se agora de maneira semelhante ao cinturão interno da área central, achando-se maciçamente nos grupos 2 e 3 de nossa classificação. Já o grupo 4, aquele onde Quércia obteve 8 ou mais votos para cada um dado a Carvalho Pinto, compõe-se sobretudo dos bairros periféricos de formação recente situados do nordeste ao sudeste da cidade, de Cangaíba e Ermelino Matarazzo até Vila Antonieta, Vila Alpina⁴ e São João Clímaco⁵. (Idem, p. 24)

Para explicar o voto no MDB por parte dos mais pobres, Lamounier indica que, apesar do que Simão havia escrito em seu artigo de 1956, isto é, de que as eleições para o Executivo mobilizavam muito mais os ânimos das pessoas para escolher partidos e candidatos do que as eleições para o Legislativo, como estas eleições passaram a ser indiretas na ditadura, e, na cidade de São Paulo, só se podia votar em cargos legislativos, o eleitorado passou a adotar o voto fiel a um partido e fazer uso do voto em legenda. Desse modo, de acordo com Lamounier, as eleições para o Legislativo acabaram assumindo um caráter de eleições executivas e mesmo plebiscitárias sobre a política econômica e os rumos institucionais do país.

Foi observada por Lamounier uma correlação entre voto e posição socioeconômica a partir de uma compilação de dados que demonstravam que, entre aqueles eleitores que possuíam ocupações como ambulantes, empregados domésticos e biscateiros, a preferência pelo MDB foi a mais alta, por volta de 80%, caindo para 60% entre operários qualificados e empregados manuais de baixa qualificação, e para 48% entre gerentes, administradores e proprietários. Apesar disso, Lamounier não tentou fazer uma análise levando a questão das classes em consideração, como haviam feito Simão e Weffort, ainda que tenha levado em consideração a questão da ideologia.

É claro que fica muito mais difícil para o eleitorado separar o que é esquerda e o que é direita quando existem dois partidos artificialmente criados em uma dinâmica de ditadura militar. A ARENA obviamente era de direita, mas o MDB não era obviamente de esquerda, apesar de abrigar muitos indivíduos progressistas e mesmo comunistas, que se filiaram ao partido estrategicamente. O MDB era na verdade uma frente de oposição à ARENA, agremiação que se confundia com o governo, mas é difícil caracterizar um voto no MDB como sendo necessariamente um voto de esquerda. Isso é patente quando se observam os resultados de uma série de enquetes em que os eleitores respondiam se concordavam ou não com uma lista de itens de posicionamento político, nos quais se pode perceber que não havia grandes variações entre os eleitores da ARENA e aqueles do MDB.

Assim, Lamounier argumentou que havia uma identificação com o MDB mais simbólica do que propriamente ideológica, e que o eleitor da ARENA seria um eleitor com um grau de estruturação ideológica maior que o dos eleitores do MDB, por conta do acesso precário

desses últimos a informações em comparação aos primeiros. Por grau de estruturação ideológica, o autor entende níveis diferentes de complexidade de “raciocínio político”, variando de pouco abstrato até um grau mais elevado de abstração, ligado a um pensamento lógico e conectado a uma certa visão de mundo, de modo que quem fosse de esquerda assumiria posicionamentos opostos a quem fosse de direita em uma série de itens. Desse modo, os eleitores do MDB teriam um grau de estruturação ideológica mais baixo do que aqueles da ARENA, como afirma Bolívar na seguinte passagem: “nestes termos, o partido ‘ideológico’ em novembro foi a ARENA, e não o MDB: o arenismo se apresentou mais estruturado, essa estruturação tendo como eixo um elitismo evocador da velha UDN” (Idem, p. 42).

Esse raciocínio é mais bem desenvolvido pelo cientista político em seu próximo artigo, “O voto em São Paulo, 1970-1978”, em que ressalta um aumento progressivo do voto no MDB por parte dos moradores dos bairros periféricos, revelando uma grande estabilidade do voto na cidade, o que confirmaria a existência de um alinhamento político no que se refere às eleições em São Paulo. No entanto, a estabilidade do alinhamento não esclareceria os conteúdos subjetivos que se associariam ao voto, uma vez que o voto no MDB não seria necessariamente oposicionista, e, assim, nem sempre os indivíduos que residiam em áreas emedebistas o seriam. Em outras palavras, o autor indica que não é possível fazer uma correlação entre ideologia e voto tanto no MDB como na ARENA, devido ao baixo nível de informação política e à imprevisibilidade na estruturação das opiniões. Disso, decorreriam duas hipóteses: ou os alinhamentos são ilusórios e episódicos ou a estabilidade efetivamente existe, mas se baseia em mecanismos insuficientemente compreendidos.

O autor argumenta, como em seu primeiro artigo, que a identificação com o MDB é partidária, é com a sigla, e não com lideranças individuais, como o eram o ademarismo e o janismo. Assim, a identificação com o partido estaria mais ligada a um caráter simbólico do que propriamente ideológico, ocorrendo por meio de uma espécie de “proto-ideologia”. A sigla do MDB era associada aos mais pobres, em oposição à ARENA, que seria o partido dos ricos. No entanto, essa divisão entre ricos e pobres não estaria relacionada a uma organização ideológica coerente e consistente por parte de seu eleitorado, uma vez que tal coerência estaria restrita a uma parcela intelectualizada minoritária da sociedade. O autor ressalta ainda

que o voto emedebista majoritário ocorre entre as pessoas que estão empregadas, e que as pessoas de baixíssima renda votariam tanto na ARENA como no MDB. Outra característica do eleitorado paulistano observada nos dois artigos é que os mais jovens seriam mais inclinados a votar no MDB, e os mais velhos, a votar na ARENA.

Levando em consideração os textos analisados na primeira seção, em especial o artigo de Weffort, e tendo em vista a afirmação de Lamounier em seu segundo artigo de que “[...] deve-se observar que a eventual conotação classista das frequentes alusões aos trabalhadores, aos pobres, ou ao povo, não retira desses termos o parentesco com a tradição populista, especialmente em São Paulo” (LAMOUIER, 1978, p. 42) e a permanência de certas características no que diz respeito ao voto dos eleitores distribuídos em zonas na cidade, é possível dizer que, talvez, os eleitores operários ou habitantes dos antigos bairros operários teriam trocado o “populismo” janista, opoicionista ao governo, pelo “populismo” partidário do MDB. Já entre as pessoas de baixíssima renda, seria possível encontrar arenistas da mesma forma que era possível encontrar ademaristas nos anos 1960. Segundo Weffort, “[...] nossas observações permitem a formulação de uma hipótese ampla, segundo a qual Jânio Quadros tenderia a expressar politicamente os setores assalariados – operários e classe média assalariada – mais integrados no desenvolvimento capitalista, diversamente de Ademar de Barros, que daria expressão a camadas marginais a este processo, em particular pequenos proprietários e setores assalariados de tipo *lumpen*” (WEFFORT, 1965, p. 56).

Desse modo, parece que, mesmo ausentes os elementos ideológicos que poderiam caracterizar um voto de esquerda ou de direita por parte dos eleitores do MDB, existe uma “marca de classe” nesse voto, como bem apontou Weffort, ou seja, a relação que o eleitorado do MDB possuía com o partido parece ir além de uma relação partido-massa apenas de ordem simbólica ou imagética, ainda que tudo indique para essa relação simplificada. Afinal, o voto no MDB representava uma oposição mais abstrata do que concreta ao estado atual de coisas, uma vez que os eleitores sabiam que, ao eleger políticos do MDB, pouca coisa iria mudar de fato em suas vidas, mas mesmo assim continuavam a sinalizar seu posicionamento político por meio do voto. Assim, a explicação de Lamounier para a estabilidade da distribuição dos eleitores e sua relação com o posicionamento econômico e ocupacional deles, mesmo que seja mais

elaborada do que a fornecida por Oliveiros, com a tese das “correntes livres do psiquismo coletivo”, ainda se coloca em uma posição de atribuir certa irracionalidade ao voto do que um componente mais lógico e ideológico, embora não exatamente orientado em termos de esquerda ou direita bem definidos, mas expressando, de toda forma, um sentimento classista, como pensaram Simão e Weffort.

1985-2004

Em 1985, foi empossado o primeiro presidente civil pós-ditadura, José Sarney, dando início à redemocratização do país. Já em 1979, novos partidos puderam ser criados, de modo que a ARENA mudou seu nome para PDS (Partido Democrático Social), e, posteriormente, seus membros se realocaram em diversas legendas, como o PFL (Partido da Frente Liberal). Já o MDB manteve o nome, formando o PMDB.

Os textos a serem utilizados nesta seção são do sociólogo Antônio Flávio Pierucci, “A direita mora do outro lado da cidade” (PIERUCCI, 1989), “Linguagens autoritárias, voto popular” (PIERUCCI, 1994) e “São Paulo 92, a vitória da direita” (PIERUCCI, 1993), e o texto mais recente, que abrange o período de 1985 a 2004, é “Estratégia partidária e preferência dos eleitores – as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004” (LIMONGI; MESQUITA, 2008).

O primeiro e o segundo textos de Pierucci analisam a vitória de Jânio no pleito de 1985 e o posterior fenômeno do malufismo, ligado ao político paulista Paulo Maluf, egresso da ARENA. O sociólogo recorre novamente ao mapeamento de zonas eleitorais contíguas na cidade como ponto de partida para sua análise, e, curiosamente, todos os bairros descritos como base das maiores votações de Jânio – Vila Maria, Tatuapé, Casa Verde, Tucuruvi, Mooca, Pari, Penha, Alto da Mooca, Belenzinho, Vila Prudente, Brás, Vila Guilherme e Vila Formosa – conferem *exatamente* com os bairros classificados em 1948 por Simão como a zona de maior concentração operária em São Paulo e que muito provavelmente se tornaram janistas nos anos 1950.

Apesar da continuidade e estabilidade geográficas, no sentido de que os bairros se mantiveram como uma zona de predominância eleitoral contígua, é possível dizer que eles foram se tornando, de forma mais ou menos contínua, mais conservadores, tendo em vista a

passagem dos votos do PCB para o PTB nos anos 1940, depois para Jânio nos anos 1950 e início dos 1960, para o MDB nos anos 1970 e 1980, para Jânio novamente e depois para Maluf no final dos anos 1980 até metade dos anos 1990. De qualquer modo, mesmo tendo migrado para um “populismo” mais abertamente de direita, como o malufismo, ainda assim esses eleitores não votaram em figuras como o empresário Antônio Ermírio de Moraes, candidato ao governo do estado em 1986, de direita mais programática e ideológica. Outra característica desse eleitorado janista-malufista, segundo Pierucci, é que ele era composto em grande parte por uma população de eleitores mais velhos, de aposentados e de donas-de-casa, que eram abertamente preconceituosos contra migrantes nordestinos e a favor da preservação da tradição, da “moral e dos bons costumes”. Assim, esse eleitorado diferenciava-se daqueles que eram mais pobres e moravam em bairros periféricos, ou seja, não se enxergavam como fazendo parte do “povão”, mas também não compartilhavam os valores das classes mais altas em relação à política e muito menos das classes médias intelectualizadas, vistas com desconfiança, uma vez que optaram em sua maioria pelo voto em Fernando Henrique Cardoso, do então PMDB, um candidato que havia declarado que já fumara maconha e era ateu.

Dessa forma, é possível perceber um alinhamento ideológico desses eleitores com a direita popular, e não apenas com candidaturas personalistas esvaziadas de conteúdo, quando Pierucci argumenta que

vale lembrar que a parte mais próxima do lado norte/nordeste/leste do município abrigou os piores desempenhos dos candidatos do PDMB em 1982 e 1985, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Na lista das piores votações de Montoro, um pormenor chama a atenção: o distrito eleitoral do Tatuapé (reduto malufista) foi o primeiro, ou seja, o de mais baixa votação peemedebista. Em 1986, tendo como candidato Orestes Quércia, os mais baixos escores do PMDB deslocaram-se para os bairros burgueses e de alta classe média das zonas Sul e Oeste; mas mesmo assim, isolado do lado de lá, entre as menores votações de Quércia na capital compareceu religiosamente o Tatuapé. Também os piores resultados de Lula, do PT, em 1982 concentraram-se parcialmente na mesma mancha a leste, incluindo Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Belenzinho e Penha, e parcialmente nos bairros ricos do Centro, Sul e Oeste. [...] Tudo leva a crer que, no caso particular do

Tatuapé, podemos estar diante de mais um caso de fidelidade, se não partidária pelo menos 'ideológica', de base geográfica bem delimitada (PIERUCCI, 1989, p. 61).

Pierucci classifica o discurso destes eleitores janistas-malufistas como um conservadorismo popular: “[...] discursos claramente conservadores e autoritários, para não dizer tradicionalistas” (Idem, p. 47), o que os diferencia dos eleitores de uma direita mais programática e ideológica, associada ao empresariado e a profissionais liberais. Para explicar esse fenômeno, o sociólogo uspiano recorre a Mannheim quando este observou “que ao pensamento conservador aborrece a abstração” (Idem, *ibidem*), o que refutaria, por exemplo, a possibilidade de imaginar que os homens pudessem ser iguais de forma abstrata entre essa camada do eleitorado. Não deixa de ser curioso que foi justamente nesses bairros que o PCB possuiu sua maior penetração nos anos 1940.

No entanto, um fenômeno inédito na história política brasileira havia ocorrido no final dos anos 1970 e início dos 1980 por meio da união de movimentos ligados a centrais sindicais, setores progressistas da Igreja Católica e intelectuais socialistas, a criação do Partido dos Trabalhadores. Fora o PCB que vigorou por apenas dois anos como opção eleitoral viável à esquerda, não houve outro partido progressista no Brasil que se projetasse como um partido vindo “de baixo” e com intenção de arregimentar as massas trabalhadoras do país. O PT começou a se fortalecer na capital contando com os votos de bairros mais periféricos e carentes, e aos poucos foi se formando uma polarização na cidade entre esquerda e direita, que colocava de um lado o petismo e do outro o malufismo.

Assim, tanto os eleitores conservadores de classe média baixa como os eleitores de classe alta passaram a votar em Maluf, os últimos o faziam provavelmente na falta de uma direita não popular com chances de derrotar o PT. Maluf começou a exibir um padrão de votação que crescia dos distritos de classe média baixa para os distritos ricos, como aponta Pierucci (1993), e o PT passou a mobilizar o eleitorado mais pobre que habitava os bairros mais periféricos, além de alguns setores progressistas das classes médias e médias altas. A cidade de São Paulo já havia passado por muitas polarizações, como PTB *vs.* UDN, janistas *vs.* ademaristas, emedebistas *vs.* arenistas, mas essas polarizações nunca se filiaram tão claramente à esquerda ou à direita, sendo que elementos de esquerda costumavam fazer parte

de uma nebulosa em que se combinavam com elementos de direita, como no PTB, na década de 1940, no janismo e no MDB/PDMB, e apenas a direita se apresentava em um formato mais ideológico.

A força do PT na capital cresceu de tal maneira, que já em 1988 conseguiu eleger sua primeira prefeitura em São Paulo com Luiza Erundina. No entanto, seu candidato a sucessão, Eduardo Suplicy, foi derrotado em 1992, ano em que ganhou Paulo Maluf. Para os cientistas políticos Limongi e Mesquita (2008), as oscilações que passaram a ocorrer entre vitórias da esquerda e da direita para a prefeitura da cidade poderiam ser explicadas pelo alto grau de polarização ideológica, em que as eleições seriam decididas por um eleitorado centrista que votava ora num polo ideológico ora no polo oposto, a depender de fatores conjunturais. A análise realizada por esses autores enfoca as eleições na cidade de São Paulo desde 1985, eleição de Jânio, até 2004, eleição de José Serra do PSDB, com a intenção de “[...] caracterizar o apoio aos diferentes partidos ao longo do tempo” (LIMONGI; MESQUITA, 2008, p. 51) e não de explicar as razões que levam o eleitor a votar em tal ou qual partido.

Assim, no que diz respeito às flutuações do voto em São Paulo no período focado, em que prefeitos de esquerda e direita tendem a se alternar no poder, os autores apontam uma considerável estabilidade e previsibilidade, o que se daria em função da distribuição das bases eleitorais dos partidos entre esquerda e direita na cidade. Como os eleitores ideologicamente de centro não seriam fiéis a um partido, seriam justamente esses eleitores que decidiriam as eleições, ora votando na esquerda ora na direita a depender de fatores conjunturais, situação que teria permanecido mesmo com a ruína do PP (Partido Progressista) de Maluf, e conseqüentemente, com a queda acentuada dos votos malufistas e com a nova polarização entre PT e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), criado em 1988 a partir de uma dissidência do PMDB.

De acordo com os argumentos apresentados no texto, em 1985, a direita teria se unido em torno da candidatura de Jânio, que conseguiu obter votos em todos os estratos sociais, o que contraria a tese de que a maioria dos pobres urbanos votaria em partidos progressistas, como ocorria em relação ao apoio ao MDB durante a ditadura militar. No entanto, após a eleição de Jânio, Maluf, do então PDS, atual PP, teria minado as possibilidades de candidatos do PFL e do PTB⁶ concorrerem, candidatos estes que seriam parte

de uma direita mais orgânica e programática, e passou a concorrer em todas as eleições em uma tentativa de firmar seu nome. Já a estratégia adotada pelo PT foi conseguir os votos do antigo MDB, agora PMDB, que não vingou em São Paulo e deixou muitos eleitores órfãos. Assim, em uma tentativa de consolidar o nome do partido, o PT passou a disputar todas as eleições recusando alianças e possibilidades de “voto útil”.

A estratégia do PT vingou em 1988, quando Erundina foi eleita prefeita de São Paulo, ano em que pela última vez um candidato do PMDB que possuía alguma expressão concorreu à prefeitura, cuja derrota enterrou finalmente o partido em São Paulo. Em grande medida devido ao vácuo deixado pelo PMDB após a eleição da prefeita petista, houve uma polarização aguda entre a esquerda e a direita, representadas respectivamente pelo PT e pelo malufismo, em face da qual o PSDB enfrentou dificuldades em se apresentar como uma possibilidade viável, uma vez que ele não conseguiu mobilizar os ex-eleitores do PMDB como o fizeram os petistas e os malufistas, situação que tornou esses dois partidos as únicas possibilidades viáveis nas eleições que se seguiram, de acordo com o mapa⁷ abaixo:

Figura 2. Eleições de 1988 – Turno Único



Fonte: Folha de S. Paulo

Na eleição de 1992, após a prefeitura de Erundina, o PT perdeu parte de seu eleitorado entre aqueles das camadas mais pobres para o malufismo, contrariando a esperança de que um governo voltado para os mais pobres faria que essas pessoas passassem a ser eleitores fiéis do PT. Com a vitória em 1992 de Paulo Maluf, e em 1996 de seu sucessor Celso Pitta (vide Figuras 3 e 4), com o apoio dos eleitores de centro, segundo os levantamentos estatísticos realizados pelos autores, a caracterização do PT como partido opositorista e popular passa a ganhar força, e o PT começa a se enraizar entre os eleitores de baixa renda e baixa escolaridade, ao mesmo tempo que os eleitores de escolaridade alta passam a preferir o PSDB.

Figura 3. Eleições de 1992 – 2º turno



Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Finalmente, é em 2000 que este quadro de enraizamento do PT entre os setores populares e do PSDB entre os setores de escolaridade alta começa a se expressar melhor eleitoralmente. Após os escândalos de corrupção gerados durante as prefeituras malufistas, principalmente no mandato de Pitta, que chegou até a ser afastado do cargo, o malufismo perde sua força como representante da direita e da centro-direita e passa o bastão para o PSDB, outrora partido de centro-esquerda que faz um movimento para a posição de centro-direita. Assim, mais da metade dos eleitores do PSDB em 2000 são ex-eleitores de Maluf, principalmente os de maior

esforço muito maior para recrutar novos eleitores em relação ao cenário eleitoral passado, vide mapa eleitoral abaixo.

Figura 5. Eleições de 2004 – 2º turno



Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Na conclusão do artigo, os autores argumentam que, levando em conta todas as eleições analisadas, a esquerda e a direita foram as maiores vencedoras, uma vez que a primeira levou a prefeitura duas vezes e participou de todos os segundos turnos, e a segunda ganhou três vezes, com Jânio e depois com o malufismo (Maluf e Pitta), e o centro teria ficado para trás, com apenas uma vitória do PSDB em 2004, em grande medida devido ao esfacelamento do malufismo. A ascensão do PSDB na cidade também é demonstrada pelos autores quando estes apontam que, nos embates em níveis nacionais e estaduais, o partido dos tucanos perdeu, entre os eleitores paulistanos, apenas nas eleições presidenciais de 2002, mas ganhou as eleições

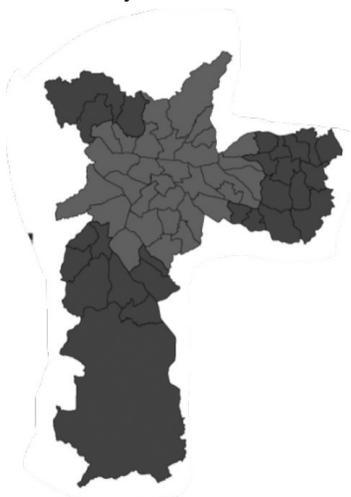
estaduais com Geraldo Alckmin em 2002, Serra em 2006 e os dois turnos para as eleições presidenciais em 2006 com Alckmin. Apesar disso, os autores afirmam que a disputa entre os dois partidos em São Paulo é muito equilibrada, reflexo da distribuição de votos desses partidos entre a maior parte dos eleitores da capital, sendo que “[...] uma pequena perturbação na distribuição das preferências das seções com educação mediana pode decidir a eleição” (Idem, p. 67).

Apesar de descreverem bem a estabilidade do eleitorado em relação a sua divisão entre votos para a esquerda e para a direita, e a relação entre voto na esquerda e bairros periféricos e mais pobres, e voto na direita e bairros de classes médias e altas, o artigo de Limongi e Mesquita não discute a razão que leva tais pessoas a votar em um ou outro partido. Já Pierucci tenta formular explicações sociológicas para compreender o voto de direita entre as camadas médias e baixas da população, mas não deixa muitas pistas acerca das razões que levaram os mais pobres a votar em Erundina em 1988, talvez porque, como bem apontou Limongi, parte desses eleitores tenham optado por Maluf na eleição seguinte, o que parece confundir bastante as coisas. De qualquer forma, o argumento realizado por Limongi e Mesquita (2008) a respeito da estabilidade eleitoral que passaram a ter tanto o PT quanto o PSDB na cidade parece ter se confirmado nas últimas eleições de 2008 e de 2012:

Figura 6. Eleições de 2008 – 2º turno



Fonte: Folha de S. Paulo.

Figura 7. Eleições de 2012 – 1º turno

Fonte: *Folha de S. Paulo*.

Conclusão

Com base na trajetória do comportamento do eleitorado paulistano traçada pelos textos abordados nas seções acima, é possível perceber que existe uma permanência geográfica razoável das zonas residenciais que concentram as classes altas e médias-altas, as classes médias e médias-baixas, e as que concentram as classes baixas. Desde os anos 1940, bairros como Perdizes, Consolação, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Moema, Vila Mariana e Itaim Bibi concentram os paulistanos mais ricos e educados, sendo que em anos posteriores somaram-se a estes bairros, de forma parcial, Santo Amaro, Campo Belo e Saúde. Já os antigos bairros operários, descritos por Simão como pertencendo à área de maior concentração de operários fabris da capital, Ipiranga, Vila Prudente, Cambuci, Mooca, Alto da Mooca, Brás, Belém, Tatuapé, Penha, Pari, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, Nossa Senhora do Ó, Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Vila Matilde e Vila Maria, continuaram a ser bairros de classe média e classe média-baixa, mas atualmente sem a presença maciça de operários. Já dos bairros que haviam sido descritos como suburbanos, periféricos e habitados por operários menos qualificados, como Itaquera, Guaianases, Pirituba, Perus, Osasco, Butantã, Capela do Socorro e Parelheiros, permaneceram

nessa condição Guaianases, Perus, Capela do Socorro e, de forma parcial, Osasco, que se separou do município de São Paulo. A estes bairros periféricos se somaram muitos outros ao longo dos anos, principalmente com a intensa migração de pessoas vindas dos sertões de vários estados do Nordeste e de Minas Gerais para ocupar postos de trabalho na capital.

Apesar de uma permanência razoável da distribuição demográfica do eleitorado paulistano ao longo dos anos, o voto de cada um desses estratos possuiu continuidades e descontinuidades durante o período analisado. É possível dizer que as classes altas e média-altas votavam em sua maioria, desde os anos 1940, de forma mais ideológica em candidatos de direita e, na falta destes, faziam uso do voto útil naqueles candidatos que mais se aproximassem ideologicamente da direita no espectro ideológico. Assim, partidos como UDN, PSD, ARENA, PFL (hoje DEM), PP e PSDB foram alvo dos votos dos paulistanos mais ricos e educados.

Já os moradores dos antigos bairros operários, que pertenciam décadas atrás e continuam pertencendo, ainda hoje, às camadas médias e médias-baixas em termos de rendimentos, com o tempo, passaram a votar, e continuam a votar nos dias atuais, em candidatos conservadores, mas ligados a uma direita-popular. Se em 1945 essa zona geográfica abrigava a maior votação do Partido Comunista em São Paulo, com a ida dele para a ilegalidade, o eleitorado operário optou por Jânio, candidato que se apresentava como contrário ao *status quo*, ainda que fosse de direita, depois passou a votar no MDB, uma frente ampla e de caráter popular nos anos 1970 e 1980, em 1985 em Jânio novamente, e, por fim, nos últimos anos da década de 1980 e durante os 1990 aderiu ao malufismo. Dessa maneira, é possível dizer que, já nos anos 1950, esses eleitores sinalizaram certa tendência conservadora com a votação em Jânio, “o tostão contra o milhão”, depois, como a representação do bordão “tostão contra o milhão” migrou de um político específico para a “sigla mágica” do MDB, esses eleitores optaram por tal agremiação; mais tarde, com o fim da ditadura, voltaram a votar em Jânio, sendo que o malufismo foi o último representante dessa “mentalidade conservadora popular ou tradicional”, como chamou Pierucci, durante o período que foi abordado aqui.

As classes baixas, que habitam os bairros periféricos da capital, também possuíram certa continuidade no que diz respeito a seu voto,

uma vez que optaram, em sua maioria, por partidos mais amplos, que representavam o povo, mas sem se ligar fielmente a um conservadorismo de direita, como pode ser observado com base nas opções dessas parcelas do eleitorado pelo PTB, pelo MDB e, atualmente, pelo PT. É possível dizer que esses eleitores tinham alguma coerência ideológica, uma vez que as votações em candidatos de direita entre eles, inclusive pós-1985, eram mais baixas e aumentavam apenas entre aqueles de baixíssima renda, uma espécie de *lumpen-proletariado*, como relataram Weffort e Lamounier ao apontar a existência de votos ademaristas e arenistas entre essa parcela do eleitorado. Assim, pode-se dizer que, em situações polarizadas entre esquerda e direita, os habitantes dos bairros de periferia tendem a escolher a primeira opção em detrimento da segunda, o que fica bem claro com o surgimento do PT e com a polarização entre o PT e os outros partidos de centro-direita e direita nos anos pós-1985.

É claro que não é apenas a existência ou não de certos partidos ou grupos partidários que baliza o comportamento político das pessoas, mas, tendo em vista que, no que diz respeito especificamente ao comportamento eleitoral, as possibilidades políticas apresentam-se mais limitadas, é preciso considerar a influência da organização do sistema político-partidário nas opções dos eleitores. Por isso, acredito que, infelizmente, como o PCB se apresentou mais como um acidente de percurso para os eleitores paulistanos, tendo em vista sua curtíssima fase legal, Gildo Marçal Brandão (BRANDÃO, 1997) possui um bom argumento quando afirma que a ilegalidade do PCB foi um fator de desorganização do espectro político à esquerda que “permitiu” a conservação de um sistema político partidário tradicional naquela época. Muito tempo se passou sem que uma opção partidária viável à esquerda pudesse se apresentar aos eleitores e “ideologizar” o sistema político partidário em São Paulo. Daí a importância do surgimento do PT como novidade eleitoral no período pós-ditadura militar, uma vez que o Partido dos Trabalhadores conseguiu cumprir, em grande medida, este papel que o PCB não pôde exercer: uma força de modernização e de polarização ideológica do conjunto do sistema político-partidário.

No entanto, tendo em vista as mudanças sociais e geográficas da própria cidade, como a desindustrialização dos antigos bairros operários, grandes ondas migratórias do Nordeste e do sertão de Minas, que aumentaram as populações dos bairros periféricos, e o

deslocamento das populações operárias fabris para cidades fora dos limites do município, São Paulo tornou-se uma cidade de serviços, com uma classe média numerosa, deixando para trás a cidade que outrora concentrou altas taxas de industriários, como dizia Simão, durante as décadas de 1940 e 1950. De modo que, hoje, o que se pode chamar de operários em São Paulo atua provavelmente mais nas áreas de transportes e serviços do que na indústria. Mesmo tendo se transformado em uma cidade de serviços, São Paulo acolheu o PT, entre idas e vindas, como o principal partido de esquerda oposicionista, que mobiliza, atualmente, sobretudo as camadas trabalhadoras mais empobrecidas. A conquista dessa posição pelo PT foi fruto, como bem observaram Limongi e Mesquita, de uma construção paulatina de uma posição ligada aos “de baixo”.

Em que pesem tanto as diferenças a respeito dos enfoques analíticos e escolhas teóricas dos autores dos textos apresentados neste trabalho, por um lado, quanto as mudanças na cidade de São Paulo e na política brasileira, por outro, é possível concluir que os textos apontam mais continuidades do que descontinuidades no comportamento eleitoral paulistano ao longo desse período em que se observa, apesar de tudo, certa coerência entre escolhas político-eleitorais e posições de classe. Assim, parece que certa estabilidade dos padrões ideológicos referentes aos diferentes espaços da cidade, apontada por Limongi e Mesquita, no período entre 1985 e 2004, data, apesar de alguns ziguezagues, como diz Lamounier, de um período muito mais antigo.

Notas

1. O presente artigo foi concebido a partir das discussões realizadas pelo grupo de estudos de comportamento eleitoral coordenado pelo prof. André Singer (DCP-USP), sendo posteriormente apresentado como trabalho final em uma disciplina de pós-graduação ministrada pelo mesmo professor. Agradeço aos colegas do grupo e ao professor Singer pelas contribuições.
2. Em 1948, este bairro, localizado na Zona Leste de São Paulo, voltou a se chamar São Miguel Paulista.
3. Em 1962, Osasco tornou-se um município emancipado da cidade de São Paulo.
4. Bairro localizado no distrito de Aricanduva.
5. Bairro localizado no distrito de Sacomã.
6. A sigla PTB foi recriada na redemocratização, mas passou a abrigar políticos de direita, ao contrário do PTB antigo, que saiu de uma indefinição ideológica inicial para uma postura reformista e mais à esquerda nas vésperas do golpe.

7. Em todos os mapas que se seguem daqui em diante, os distritos em vermelho representam aqueles em que o PT teve a maioria do total de votos.

Referências

- BRANDÃO, G. 1997. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista: 1920-1964*. São Paulo: Hucitec.
- FERREIRA, O. S. 1960. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8.
- FERREIRA, O. S. 1964. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 16.
- LAMOUNIER, B. 1975. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: CARDOSO F. H. & LAMOUNIER, B., *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1980. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança, eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. São Paulo: Vozes.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 81.
- PIERUCCI, A. F. 1989. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 4, n. 10.
- _____. 1993. São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 35.
- _____. 1994. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SIMÃO, A. 1956. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 1.
- WEFFORT, F. C. 1965. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2.